

Intervenção sobre os Relatórios de Actividades de 2015 das CPCJ, na Assembleia Municipal de Lisboa de 13 de Dezembro de 2016

Dirigimos, em primeiro lugar, uma saudação ao senhor presidente da Comissão Nacional de Protecção da Criança e do Jovem em Risco.

A nível nacional existem 308 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), estando aproximadamente 120 a investir nos planos de prevenção e cooperação com entidades existentes nas suas comunidades, como escolas, serviços de saúde, autarquias e movimentos associativos. Como sabemos, em Lisboa existem 4 CPCJ com autonomia própria (a do Centro, sediada em Arroios, a do Norte, no Bairro Padre Cruz, em Carnide, a Oriental, no Bairro do Armador, em Marvila e a Ocidental em Campo de Ourique).

Quando em 1/6/2016 foi divulgado o Relatório Anual de 2015 "As crianças em perigo no concelho de Lisboa", alertou-se para o principal problema das quatro CPCJ de Lisboa: a "exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança" (36% dos casos sinalizados), entre os quais se destaca a violência doméstica, seguindo-se a negligência (21%), situações de perigo em que estejam em causa o direito à educação (17%), como absentismo e abandono escolar, situações em que a criança assume comportamentos que afectam o seu bem-estar e desenvolvimento (17%) e a exposição a modelos de comportamento desviante (9%).

É nas CPCJ Norte e Ocidental que existem mais processos de violência doméstica (26,8% e 24% do total de processos, respetivamente), enquanto na CPCJ Oriental há mais problemas no acesso à educação (18,7%). Outros problemas vistos como "preocupantes e emergentes" foram o abuso sexual, a saúde mental, a regulação de responsabilidades, os despejos e penhoras e as dificuldades relacionadas com as comunidades migrantes. Ou sejam, questões de carácter social e económico das famílias.

Para identificação destas situações de perigo, o Relatório recomendou a "articulação e divulgação das CPCJ junto das escolas, hospitais e centros de saúde, que devem ser entidades privilegiadas na prevenção e sinalização". Por seu lado, a Comissão Nacional das CPCJ defende a criação de "um único projecto de prevenção para todas as comissões (através de) um plano integrado em Lisboa de prevenção".

Requer-se, ainda, um apoio sustentado do Estado e do Município, bem como a participação de "mais facilitadores", como escolas e outras Juntas de Freguesia, visto a prevenção dever ser a "primeira acção", sem a qual "uma infância de qualidade (e) a qualidade da vida humana estão comprometidas".

O Governo prometeu investir cerca de 1,2 milhões € em 2016 e reforçar o número de técnicos das CPCJ para responder ao número de casos de risco assinalados.

Para Lisboa, "a carência de recursos humanos e o tempo de afectação reduzido dos técnicos são os factores unanimemente referenciados como tendo um impacto

negativo no desempenho das CPCJ, quer ao nível processual, quer ao nível da intervenção”.

Devido à falta de apoios, à redução de técnicos nos últimos anos e ao número excessivo de casos por cada técnico, há dificuldades em melhorar a “resposta em tempo útil”. Outras das áreas desde sempre carenciadas é a do apoio jurídico disponibilizado às CPCJ. Também as condições de alguns edifícios das CPCJ (Occidental) foram consideradas “insuficientes”.

É certo que a transferência de verbas subiu de 35 mil € em 2014 para 12.500 € em 2016, para cada CPCJ. Mas, em contrapartida, pela simples adesão e integração do Município a 2 Associações Internacionais para meros estudos comerciais na área da saúde, a CML desembolsa uma quota anual no valor de 25 mil €.

Mas, como o PEV já aqui expôs há 2 meses atrás (18/10), esta poderá não ser uma importância exorbitante, mas talvez pudesse ser bem melhor aplicada numa área tão carente como é as CPCJ. O contributo para as CPCJ continua a representar uma gota de água, quando é, não o futuro, mas o presente dos nossos filhos que está em risco. São opções que Os Verdes consideram enviesadas, pelo eu há que garantir no imediato o reforço dos meios e recursos necessários ao normal funcionamento das CPCJ de Lisboa.

J. L. Sobreda Antunes

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”